

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Maio/2012 a Abril/2013

Tabela 1 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal		
ESTADO DE PERNAMBUCO PODER LEGISLATIVO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL Maio/2012 a Abril/2013		
RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")		R\$ 1,00
DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	Maio/2012 a Abril/2013	
	LIQUIDADAS (Nota 1) (A)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (B)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	254.915.894,81	-
Pessoal Ativo	217.960.515,18	-
Pessoal Inativo e Pensionistas (Nota 2)	35.562.918,50	-
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	1.392.461,13	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	(65.445.384,38)	-
(-) Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	(2.332.242,28)	-
(-) Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	(63.113.142,10)	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I + II)	189.470.510,43	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III + III b)	189.470.510,43	-
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	16.079.430.042,88	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	1,1783%	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 1,5600 %	250.839.108,67	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 1,4820 %	238.297.153,24	
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 1,4040 %	225.755.197,80	

FONTE: SISTEMA E-FISCO 2012 - DADOS DEFINITIVOS
FONTE: SISTEMA E-FISCO 2013 - DADOS PROVISÓRIOS
UNIDADE RESPONSÁVEL: DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E FINANÇAS, DIVISÃO DE CONTROLE E ANÁLISE CONTÁBEIS
DATA DA EMISSÃO: 23/05/2013
HORA DA EMISSÃO: 11:28h

NOTAS EXPLICATIVAS AO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DO 1º QUADRIMESTRE DE 2013

Nota 1: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.

Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, nos termos do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

Nota 2: As despesas com servidores inativos e pensionistas vinculados aos órgãos filiados ao Regime de Previdência Social dos Servidores do Estado de Pernambuco são pagas pelo Fundo Financeiro de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco - FUNAFIN.

Maria Teresa Caminha Duarte
Presidente do TCE-PE

Gustavo Pimentel da Costa Pereira
Diretor Geral do TCE-PE

Isaac de Oliveira SEABRA
Contador - CRC-PE 16.709 / O-5

Breno César Spindola Correia
Chefe do Núcleo de Planejamento, Controle Interno e Desenvolvimento Organizacional do TCE-PE

Tabela 1.1 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal															
ESTADO DE PERNAMBUCO PODER LEGISLATIVO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL ORÇAMENTO FISCAL Maio/2012 a Abril/2013															
RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")													R\$ 1,00		
DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS														
	Maio/2012 a Abril/2013														
	ma/2012	jun/2012	jul/2012	ago/2012	set/2012	out/2012	nov/2012	dez/2012	jan/2013	fev/2013	mar/2013	abr/2013	TOTAL ÚLTIMOS 12 MESES (A)	INSC. DE PAGAR NÃO PROCESSADOS (B)	RS L.00
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	18.652.014,27	20.444.352,02	19.823.486,47	19.404.505,38	19.571.892,28	19.448.148,64	19.432.096,38	38.413.909,14	21.283.741,43	19.449.182,21	19.408.496,81	19.287.447,14	254.915.894,81	-	
Pessoal Ativo	15.823.146,39	17.403.521,58	17.047.699,61	16.591.476,13	16.718.487,76	16.599.899,92	16.595.514,99	32.884.216,53	18.440.682,52	16.611.236,65	16.517.385,54	16.679.067,58	217.960.515,18	-	
Pessoal Inativo e Pensionistas (Nota 2)	2.735.329,35	2.763.656,04	2.703.715,52	2.706.078,04	2.716.733,03	2.731.736,84	2.725.146,28	5.393.393,83	2.742.491,68	2.740.678,17	2.793.858,10	2.806.101,07	35.562.918,50	-	
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	93.538,53	897.173,85	72.071,34	106.951,81	136.271,49	121.511,88	111.533,08	162.298,80	943.86,93	97.190,39	97.253,17	102.278,49	1.392.461,13	-	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	(4.891.819,83)	(5.403.993,26)	(5.164.951,46)	(5.180.386,45)	(5.148.872,44)	(5.168.326,42)	(5.164.973,73)	(9.908.174,55)	(4.862.341,58)	(4.864.440,98)	(4.881.176,32)	(4.894.689,38)	(65.445.384,38)	-	
(-) Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	(274.667,53)	(282.238,77)	(278.452,95)	(278.452,95)	(274.464,75)	(300.326,32)	(300.326,32)	(238.303,31)	(274.251,04)	(25.861,58)	(25.861,58)	(25.861,58)	(2.332.242,28)	-	
(-) Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	(4.616.352,30)	(5.121.754,89)	(4.878.138,51)	(4.871.933,48)	(4.866.407,69)	(4.868.000,00)	(4.864.651,41)	(9.661.871,24)	(4.834.191,54)	(4.838.579,40)	(4.825.308,74)	(4.868.827,80)	(63.113.142,10)	-	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I + II)	13.760.194,44	15.040.358,76	14.668.535,01	14.224.118,92	14.430.019,84	14.279.822,22	14.267.818,62	28.513.734,59	16.421.399,55	14.584.664,23	14.557.326,49	14.692.757,76	189.470.510,43	-	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III + III b)	189.470.510,43														
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL															
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	16.079.430.042,88														
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	1,1783%														
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 1,5600 %	250.839.108,67														
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 1,4820 %	238.297.153,24														
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 1,4040 %	225.755.197,80														
FONTE: SISTEMA E-FISCO 2012 - DADOS DEFINITIVOS FONTE: SISTEMA E-FISCO 2013 - DADOS PROVISÓRIOS UNIDADE RESPONSÁVEL: DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E FINANÇAS, DIVISÃO DE CONTROLE E ANÁLISE CONTÁBEIS DATA DA EMISSÃO: 23/05/2013 HORA DA EMISSÃO: 11:28h															
NOTAS EXPLICATIVAS AO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DO 1º QUADRIMESTRE DE 2013															
Nota 1: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.															
Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:															
a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;															
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, nos termos do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.															
Nota 2: As despesas com servidores inativos e pensionistas vinculados aos órgãos filiados ao Regime de Previdência Social dos Servidores do Estado de Pernambuco são pagas pelo Fundo Financeiro de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco - FUNAFIN.															
Maria Teresa Caminha Duarte Presidente do TCE-PE															
Gustavo Pimentel da Costa Pereira Diretor Geral do TCE-PE															
Isaac de Oliveira Seabra Contador - CRC-PE 16.709 / O-5															
Breno César Spindola Correia Chefe do Núcleo de Planejamento, Controle Interno e Desenvolvimento Organizacional do TCE-PE															

EXTRATO DA DECISÃO MONOCRÁTICA DE Nº 6830/2013
PROCESSO TC Nº 1070172-2
APOSENTADORIA
INTERESSADO(s): ROSA CORDEIRO DO NASCIMENTO
JULGADOR SINGULAR: CONSELHEIRO, EM EXERCÍCIO, LUIZ ARCOVERDE CAVALCANTI FILHO
ATO SUBMETIDO A REGISTRO: Portaria nº 155/2010 - Prefeitura Municipal de Tuparetama, com vigência a partir de 05/04/2010

Com base nos documentos acostados aos autos e considerando a legislação pertinente à matéria, JULGO LEGAL o ato sob exame e concedo o respectivo registro, ressalvando que os cálculos não foram objeto de análise conforme disposto na ADI Estadual n.º 165720-7 e na Resolução TC 006/2009.

Recife, 24 de Setembro de 2013.
CONSELHEIRO, EM EXERCÍCIO, LUIZ ARCOVERDE CAVALCANTI FILHO

Atas

ATA DA 65ª SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA CÂMARA REALIZADA EM 19 DE SETEMBRO DE 2013.

Às 10h, foi aberta a Sessão no Auditório da Primeira Câmara no Edifício Dom Hélder Câmara deste Tribunal, situado na Rua da Aurora nº 885, nesta cidade do Recife, sob a presidência do Conselheiro João Carneiro Campos. Presente o Conselheiro Marcos Loreto, Conselheiro Valdecir Pascoal e a representante do Ministério Público junto a esta Corte, Dra. Maria Nilda da Silva – Procuradora.

EXPEDIENTE

A Ata da sessão anterior foi submetida à apreciação, sendo aprovada, por unanimidade. Em seguida o Conselheiro Marcos Loreto devolveu ao Conselheiro Valdecir Pascoal os Processos os quais pedira vista na sessão do dia 12/09/2013 Processos (T.C. Nºs 1208754-3 – Admissão de Pessoal realizada pela Prefeitura Municipal de Iati, exercício financeiro 2004 e 1207654-5 – Auditoria Especial realizada na Agência Estadual de Meio Ambiente – CPRH, exercício financeiro 2012).

PROCESSO EXCLUÍDO

Não houve

JULGAMENTO

PROCESSOS CONSTANTES DE PAUTA

RELATADOS PELO CONSELHEIRO VALDECIR PASCOAL
PROCESSOS PAUTADOS EM LISTA TC NºS:
1201614-7 - AUDITORIA ESPECIAL REALIZADA NA SECRETARIA DAS CIDADES DO ESTADO DE PERNAMBUCO - SECID, EXERCÍCIO FINANCEIRO 2012
A Primeira Câmara, à unanimidade julgou Regular, com Ressalvas, a execução do Contrato nº 18/2011, durante o exercício financeiro de 2012 celebrado entre o Estado de Pernambuco, por meio da Secretaria das Cidades (SECID), e o Consórcio formado pelas empresas Mendes Junior Trading e Engenharia S.A. e Servix Engenharia S.A, quitando-se os responsáveis, determinando, que cópia do presente Acórdão e do Inteiro Teor da Deliberação seja enviada ao Tribunal de Contas da União, aos Ministérios Públicos Federal e Estadual e à Controladoria Geral do Estado.
1207409-3 - AUDITORIA ESPECIAL REALIZADA NA SECRETARIA DAS CIDADES DO ESTADO DE PERNAMBUCO - SEDIC, EXERCÍCIO FINANCEIRO 2012
A Primeira Câmara, à unanimidade julgou Regular, com Ressalvas, a execução do Contrato nº 020/2012, durante o exercício financeiro de 2012, celebrado entre o Estado de Pernambuco, por meio da Secretaria das Cidades - SECID e o Consórcio formado pelas empresas Construtora Pottencial Ltda. e Triunfo Engenharia Ltda., determinando, que cópia do Inteiro Teor da Deliberação seja enviada ao Tribunal de Contas da União, aos Ministérios Públicos Federal e Estadual e à Controladoria Geral do Estado.

RELATADOS PELO CONSELHEIRO MARCOS LORETO
PROCESSOS PAUTADOS EM LISTA T.C. NºS:
1260038-6 - PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO CAMBUCÁ, EXERCÍCIO FINANCEIRO 2011
A Primeira Câmara, à unanimidade emitiu Parecer Prévio, em que recomenda à Câmara Municipal de Santa Maria do Cambucá a Aprovação, com Ressalvas, das contas do Prefeito, Sr. Elizeu João de Souza, relativas ao exercício financeiro de 2011,
1260055-6 – PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS GESTORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO CAMBUCÁ, EXERCÍCIO FINANCEIRO 2011
A Primeira Câmara, à unanimidade julgou Regulares, com Ressalvas, as contas do Sr. Elizeu João de Souza, Ordenador de Despesas e Prefeito Município de Santa Maria do Cambucá, relativas ao exercício financeiro de 2011.
1260203-6 - AUDITORIA ESPECIAL REALIZADA NA PREFEITURA MUNICIPAL DE TORITAMA, EXERCÍCIO FINANCEIRO 2011
A Primeira Câmara, à unanimidade julgou Irregular o objeto da presente Auditoria Especial relativa à análise da regularidade do 1º Termo de Prorrogação e Reajuste ao Contrato de Limpeza Urbana, firmado entre o Município de Toritama e a empresa Viacon Construções e Montagens Ltda., determinando que cópia do Inteiro Teor da Deliberação e do Acórdão sejam juntados à Prestação de Contas do Prefeito (Processo T.C. nº 1260042-8), e, enviados ao Ministério Público de Contas para a adoção das providências cabíveis.

RELATADOS PELO CONSELHEIRO JOÃO CARNEIRO CAMPOS PROCESSOS PAUTADOS EM LISTA TC Nº
1205959-6 - AUDITORIA ESPECIAL REALIZADA NA EMPRESA DE TURISMO DE PERNAMBUCO S/A – EMPETUR, EXERCÍCIO FINANCEIRO 2012
A Primeira Câmara, à unanimidade julgou Regular, com Ressalvas, o objeto da presente Auditoria Especial.
1240080-4 - PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS GESTORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO JARDIM, EXERCÍCIO FINANCEIRO 2011
A Primeira Câmara, à unanimidade julgou Irregulares as contas do Sr. Marcos Antônio da Silva, Prefeito e Ordenador de Despesas, relativas ao exercício financeiro de 2011, julgou Regulares com Ressalvas as contas do Sr. José Wilson Mergulhão Maciel Filho, Secretário de Educação e Ordenador de Despesas, relativas ao exercício financeiro de 2011, julgou Regulares com Ressalvas as contas da Sra. Marielza Neves Teixeira, Secretária de Gestão Pública e Ordenadora de Despesas, relativas ao exercício financeiro de 2011, julgou Regulares as contas das Sras. Adriane Maria Alves Maciel (Secretária de Saúde) e Joelma Gomes Bezerra (Secretária de Ação Social), relativas ao exercício financeiro de 2011.
1240201-1 - PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BELO JARDIM, EXERCÍCIO FINANCEIRO 2011
A Primeira Câmara, à unanimidade emitiu Parecer Prévio, recomendando à Câmara Municipal de Belo Jardim a rejeição das contas do Prefeito, Sr. Marcos Antônio da Silva, exercício financeiro de 2011.

EXTRAPAUTA

RELATADOS PELO CONSELHEIRO VALDECIR PASCOAL
1208754-3 – ADMISSÃO DE PESSOAL REALIZADA PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE IATI, EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2004
A Primeira Câmara, à unanimidade julgou legais as nomeações objeto do supracitado Processo.
1207654-5 – AUDITORIA ESPECIAL REALIZADA NA AGÊNCIA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE – CPRH, EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2012
A Primeira Câmara, à unanimidade julgou Regulares com Ressalvas as contas do citado processo.

ENCERRAMENTO

Nada mais havendo a tratar, às 10h25m, o Conselheiro Presidente declarou encerrada a Sessão. E, para constar, eu, Inês Corrêa de Oliveira Tapety Reis, Secretária da Sessão, lavrei a presente ata, que vai subscrita pelo Senhor Presidente e demais membros desta Câmara. Auditório da Primeira Câmara no Edifício Dom Hélder Câmara, em 19 de setembro de 2013. Assinados: João Carneiro Campos, Marcos Loreto, Valdecir Pascoal. Fui presente: Dra. Maria Nilda da Silva – Procuradora.

ATA DA 69ª SESSÃO ORDINÁRIA DA SEGUNDA CÂMARA REALIZADA EM 19 DE SETEMBRO DE 2013.

Às 10h, foi aberta a Sessão no Auditório Conselheiro Oliveira Neto do Edifício Dom Hélder Câmara deste Tribunal, situado na Rua da Aurora nº 885, nesta cidade do Recife, sob a presidência do Conselheiro Ranielson Brandão Ramos. Presentes os Conselheiros Carlos Porto e Dirceu Rodolfo de Melo Júnior, os Conselheiros em exercício Adriano Cisneiros, Luiz Arcoverde Filho, Carlos Barbosa Pimentel e o representante do Ministério Público junto a esta Corte, Dr. Gilmar Severino de Lima – Procurador.

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Setembro/2012 a Agosto/2013

Tabela 1 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

ESTADO DE PERNAMBUCO PODER LEGISLATIVO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL Setembro/2012 a Agosto/2013		
RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")	R \$ 1,00	
	DESPESAS EXECUTADAS	
	Setembro/2012 a Agosto/2013	
DESPESA COM PESSOAL		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (B)
	LIQUIDADAS (Nota 1) (A)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	259.928.897,06	-
Pessoal Ativo	222.422.952,17	-
Pessoal Inativo e Pensionistas (Nota 2)	36.107.140,14	-
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	1.398.804,75	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	(37.351.499,88)	-
(-) Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	(1.244.359,74)	-
(-) Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados (Nota 3)	(36.107.140,14)	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I + II)	222.577.397,18	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	222.577.397,18	-

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	16.761.409.740,18
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	1,3279%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 1,5600 %	261.477.991,95
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 1,4820 %	248.404.092,35
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 1,4040 %	235.330.192,75

FONTE: SISTEMA E-FISCO 2012 - DADOS DEFINITIVOS
FONTE: SISTEMA E-FISCO 2013 - DADOS PROVISÓRIOS
UNIDADE RESPONSÁVEL: DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E FINANÇAS, DIVISÃO DE CONTROLE E ANÁLISE CONTÁBEIS
DATA DA EMISSÃO: 25/09/2013
HORA DA EMISSÃO: 11:20h

NOTAS EXPLICATIVAS AO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DO 2º QUADRIMESTRE DE 2013

Nota 1: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.

Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, nos termos do inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.

Nota 2: As despesas com servidores inativos e pensionistas vinculados aos órgãos filiados ao Regime de Previdência Social dos Servidores do Estado de Pernambuco são pagas pelo Fundo Financeiro de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco - FUNAFIN.

Nota 3: No Relatório de Gestão Fiscal (RGF) do segundo quadrimestre de 2013, o TCE-PE revisou sua metodologia de apuração do valor das Despesas Não Computadas com Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados, convergindo para a interpretação estabelecida pela Secretaria do Tesouro Nacional e para os termos do Acórdão T.C. Nº 1.352/13, publicado na página 02 do Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco do dia 21/09/2013, em razão de as Contribuições Previdenciárias retidas dos servidores ativos, inativos e dos pensionistas mais a contribuição previdenciária patronal do TCE-PE, superarem as despesas com pagamento da folha de inativos e pensionistas (situação de *superavit*). No período de setembro de 2012 a agosto de 2013, o valor do *superavit* das contribuições previdenciárias em relação às despesas com pagamento da folha de inativos e pensionistas foi R\$ 28.375.374,20. A revisão não implica mudança de procedimentos contábeis, restringindo-se aos critérios para elaboração do Relatório. A dedução das Despesas Não Computadas com Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados passa a limitar-se ao valor da Despesa Bruta com Pessoal Inativo e Pensionistas, R\$ 36.107.140,14 (Nota 2).

Maria Teresa Caminha Duere
Presidente do TCE-PE

Gustavo Pimentel da Costa Pereira
Diretor Geral do TCE-PE

Isaac de Oliveira Seabra
Contador - CRC-PE 16.709/O-5

Breno César Spindola Correia
Chefe do Núcleo de Planejamento, Controle Interno e Desenvolvimento Organizacional do TCE-PE

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Setembro/2012 a Agosto/2013

Tabela L1 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal ESTADO DE PERNAMBUCO PODER LEGISLATIVO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL ORÇAMENTO FISCAL Setembro/2012 a Agosto/2013														
RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")														R\$ 1,00
DESPESAS EXECUTADAS Setembro/2012 a Agosto/2013														
DESPESA COM PESSOAL	set/2012	out/2012	nov/2012	dez/2012	jan/2013	fev/2013	mar/2013	abr/2013	mai/2013	jun/2013	jul/2013	ago/2013	TOTAL ÚLTIMOS 12 MESES (A)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (B)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	19.571.492,28	19.445.148,64	19.432.196,35	38.413.909,14	21.283.741,13	19.449.105,21	19.408.496,81	19.587.447,14	19.421.460,91	19.417.327,40	24.094.568,57	20.404.003,48	259.928.897,06	-
Pessoal Ativo	16.718.487,76	16.589.899,92	16.595.514,99	32.856.216,53	18.446.862,52	16.611.236,65	16.517.385,54	16.679.067,58	16.519.426,17	16.507.521,26	20.981.129,06	17.400.204,19	222.422.952,17	-
Pessoal Inativo e Pensionistas (Nota 2)	2.716.733,03	2.733.736,84	2.725.146,28	5.395.393,81	2.742.491,68	2.740.678,17	2.793.858,10	2.806.101,07	2.795.694,27	2.776.673,99	2.985.510,17	2.895.122,73	36.107.140,14	-
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	136.271,49	121.511,88	111.535,08	162.298,80	94.386,93	97.190,39	97.253,17	102.278,49	106.340,47	133.132,15	127.929,34	108.676,56	1.398.804,75	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	(2.991.197,78)	(3.034.063,16)	(3.025.472,60)	(5.633.697,12)	(2.769.916,72)	(2.766.539,75)	(2.819.719,68)	(2.831.962,65)	(2.795.694,27)	(2.776.673,99)	(2.987.449,78)	(2.919.112,38)	(37.351.499,88)	-
(-) Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior a o da apuração	(274.464,75)	(300.326,32)	(300.326,32)	(238.303,31)	(27.425,04)	(25.861,58)	(25.861,58)	(25.861,58)	-	-	(1.939,61)	(23.989,65)	(1.244.359,74)	-
(-) Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados (Nota 3)	(2.716.733,03)	(2.733.736,84)	(2.725.146,28)	(5.395.393,81)	(2.742.491,68)	(2.740.678,17)	(2.793.858,10)	(2.806.101,07)	(2.795.694,27)	(2.776.673,99)	(2.985.510,17)	(2.895.122,73)	(36.107.140,14)	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I + II)	16.580.294,50	16.411.085,48	16.406.723,75	32.780.212,02	18.513.824,41	16.682.565,46	16.588.777,13	16.755.484,49	16.625.766,64	16.640.653,41	21.107.118,79	17.484.891,10	222.577.397,18	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (IIIa + IIIb)	222.577.397,18													
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL														
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	16.761.409.740,18													
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)* 100	1,3279%													
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 1,5000 %	261.477.991,95													
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 1,4820 %	248.404.092,35													
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 1,4040 %	235.330.192,75													
FONTE: SISTEMA E-FISCO 2012 - DADOS DEFINITIVOS FONTE: SISTEMA E-FISCO 2013 - DADOS PROVISÓRIOS UNIDADE RESPONSÁVEL: DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E FINANÇAS, DIVISÃO DE CONTROLE E ANÁLISE CONTÁBEIS DATA DA EMISSÃO: 25/09/2013 HORA DA EMISSÃO: 11:20h														
NOTAS EXPLICATIVAS AO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DO 2º QUADRIMESTRE DE 2013														
Nota 1: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em: a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64; b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, nos termos do inciso II do art.35 da Lei 4.320/64. Nota 2: As despesas com servidores inativos e pensionistas vinculados aos órgãos filiados ao Regime de Previdência Social dos Servidores do Estado de Pernambuco são pagas pelo Fundo Financeiro de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco - FUNAFIN. Nota 3: No Relatório de Gestão Fiscal (RGF) do segundo quadrimestre de 2013, o TCE-PE revisou sua metodologia de apuração do valor das Despesas Não Computadas com Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados, convergindo para a interpretação estabelecida pela Secretaria do Tesouro Nacional e para os termos do Acórdão T.C. Nº 1.352/13, publicado na página 02 do Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco do dia 21/09/2013, em razão de as Contribuições Previdenciárias retidas dos servidores ativos, inativos e dos pensionistas mais a contribuição previdenciária patronal do TCE-PE, superarem as despesas com pagamento da folha de inativos e pensionistas (situação de superavit). No período de setembro de 2012 a agosto de 2013, o valor do superavit das contribuições previdenciárias em relação às despesas com pagamento da folha de inativos e pensionistas foi R\$ 28.375.374,20. A revisão não implica mudança de procedimentos contábeis, restringindo-se aos critérios para elaboração do Relatório. A dedução das Despesas Não Computadas com Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados passa a limitar-se ao valor da Despesa Bruta com Pessoal Inativo e Pensionistas, R\$ 36.107.140,14 (Nota 2).														
Mária Teresa Caminha Duere Presidente do TCE-PE Gustavo Pimentel da Costa Pereira Diretor Geral do TCE-PE Isaac de Oliveira Seabra Contador - CRC-PE 16.709 /O-5 Breno César Spindola Correia Chefe do Núcleo de Planejamento, Controle Interno e Desenvolvimento Organizacional do TCE-PE														

EXPEDIENTE

A Ata da sessão anterior foi submetida à apreciação, sendo aprovada por unanimidade. Em seguida, o Presidente, Conselheiro Ranilson Brandão Ramos, devolveu ao Conselheiro em exercício Adriano Cisneiros o Processo T.C. nº 1106439-0 (Auditoria Especial da Prefeitura Municipal de Brejinho, exercício financeiro de 2011), do qual pedira vista na sessão do dia 29/08/2013.

PROCESSOS CONSTANTES DA PAUTA

RELATADOS PELO CONSELHEIRO, EM EXERCÍCIO, ADRIANO CISNEIROS

(Vinculado ao Conselheiro Ranilson Brandão Ramos, que passou a presidência ao Conselheiro Carlos Porto.)
PROCESSO PAUTADO EM LISTA T.C. Nº. 1105870-5 – AUDITORIA ESPECIAL REALIZADA NO CENTRO DE SAÚDE AMAURY DE MEDEIROS – CISAM, EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2011.
A Segunda Câmara, à unanimidade, julgou regular, com ressalvas, o objeto da supracitada auditoria especial – irregularidades na gestão do CISAM destacando-se as de natureza operacional –, nos termos do Voto do Relator.
O Conselheiro Ranilson Brandão Ramos reassumiu a presidência.
(Vinculado ao Conselheiro Carlos Porto.)
PROCESSO PAUTADO T.C. Nº. 0805810-6 – ADMISSÕES DE PESSOAL REALIZADAS NA PREFEITURA MUNICIPAL DE PESQUEIRA, EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2008.
Após expor o feito, o Relator proferiu Voto pela legalidade das contratações temporárias nele autuadas, no que foi acompanhado pelos demais membros da Segunda Câmara, à unanimidade.

RELATADO PELO CONSELHEIRO, EM EXERCÍCIO, LUIZ ARCOVERDE FILHO

(Vinculado ao Conselheiro Ranilson Brandão Ramos, que passou a presidência ao Conselheiro Carlos Porto.)
PROCESSO PAUTADO EM LISTA T.C. Nº. 0910028-3 – PRESTAÇÃO DE CONTAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANA, EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2008.
A Segunda Câmara, à unanimidade, deliberou emitir Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal de Goiana a rejeição das contas do exercício de 2008 do Prefeito do Município de Goiana; e julgou irregulares as contas do exercício financeiro de 2008 do Prefeito e do Secretário de Serviços Públicos, e Ordenadores de Despesas, da Prefeitura Municipal de Goiana, nos termos do Voto do Relator.
O Conselheiro Ranilson Brandão Ramos reassumiu a presidência.

RELATADO PELO CONSELHEIRO, EM EXERCÍCIO, CARLOS BARBOSA PIMENTEL

(Vinculado ao Conselheiro Carlos Porto)
PROCESSO PAUTADO T.C. Nº. 0840108-1 – AUDITORIA ESPECIAL REALIZADA NA FUNDAÇÃO DE CULTURA, TURISMO E ESPORTE DE CARUARU, EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2008.
Após o relato e a discussão do feito, o Relator proferiu Voto pela irregularidade do objeto da supracitada auditoria especial – execução orçamentária, financeira e patrimonial no período de 01 de janeiro a 15 de julho de 2008, com relação a aspectos de contratação e

execução de serviços atinentes a equipamentos para festejos juninos nos exercícios de 2006, 2007 e 2008 –, que foi acompanhado pelos demais membros da Segunda Câmara, à unanimidade.

RELATADO PELO CONSELHEIRO CARLOS PORTO

PROCESSO PAUTADO EM LISTA T.C. Nº. 1270065-4 – PRESTAÇÃO DE CONTAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CARNAÍBA, EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2011.
O Conselheiro Ranilson Ramos pediu vista do supracitado feito.

RELATADO PELO CONSELHEIRO DIRCEU RODOLFO DE MELO JÚNIOR

PROCESSO PAUTADO T.C. Nº. 1106445-6 – AUDITORIA ESPECIAL REALIZADA NA PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARASSU, EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2011.
Relatado o feito, o Relator proferiu Voto pela irregularidade do objeto da supracitada auditoria especial de acompanhamento – o Compromisso de Ajuste de Conduta - CAC firmado pelo Sr. Gesimário Pessoa Baracho e o Tribunal de Contas de Pernambuco –, porquanto descumpridas as obrigações assumidas pelo Prefeito do Município de Igarassu em 2011, e subscritor do CAC, que foi acompanhado pelos demais membros da Segunda Câmara, à unanimidade.

RELATADOS PELO CONSELHEIRO-PRESIDENTE RANILSON RAMOS

PROCESSOS PAUTADOS EM LISTA T.C. NºS.:
1270079-4 – PRESTAÇÃO DE CONTAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO EGITO, EXERCÍCIO FINANCEIRO 2011.
A Segunda Câmara, à unanimidade, deliberou emitir Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal de São José do Egito a aprovação, com ressalvas, das contas do exercício de 2011do Prefeito do Município de São José do Egito, nos termos do Voto do Relator.
1270154-3 – PRESTAÇÃO DE CONTAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO EGITO, EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2011.
A Segunda Câmara, à unanimidade, julgou regulares, com ressalvas, as contas do exercício de 2011 do Prefeito, e Ordenador de Despesas, do Município de São José do Egito, nos termos do Voto do Relator.
1303252-5 – ADMISSÕES DE PESSOAL REALIZADAS NA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO, EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2013.
A Segunda Câmara, à unanimidade, julgou legais as contratações temporárias constantes dos supracitados autos, nos termos do Voto do Relator.

ENCERRAMENTO

Nada mais havendo a tratar, às 10h32min, o Conselheiro-Presidente declarou encerrada a Sessão. E, para constar, eu, Cleide Cordeiro Rodrigues, Secretária da Sessão, lavrei a presente Ata, que vai subscrita pelo Senhor Presidente e demais membros desta Câmara. Auditorio Conselheiro Oliveira Neto do Edifício Dom Hélder Câmara, em 19 de setembro de 2013. Assinados: Ranilson Brandão Ramos, Carlos Porto, Dirceu Rodolfo de Melo Júnior, Adriano Cisneiros, Luiz Arcoverde Filho, Carlos Barbosa Pimentel. Fui presente: Dr. Gilmar Severino de Lima – Procurador.

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Janeiro/2013 a Dezembro/2013

Relatório de Gestão Fiscal
Período de Janeiro a Dezembro de 2013
Consolida as informações do
Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco e do
Fundo de Aperfeiçoamento Profissional e Recuperação Técnico do Tribunal de Contas.
Recife (PE), 29 de janeiro de 2014

Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco	Fundo de Aperfeiçoamento Profissional e Recuperação Técnico do
Valdecir Fernandes Pascoal Presidente do TCE	Tribunal de Contas Carlos Porto de Barros Vice-Presidente do TCE Gestor do Fundo
Ricardo Martins Pereira Diretor Geral do TCE	Isaac de Oliveira Seabra Contador - CRC-PE 16.709 / O-5
Isaac de Oliveira Seabra Contador - CRC-PE 16.709 / O-5	
Breno César Spindola Correia Chefe do Núcleo de Planejamento, Controle Interno e Desenvolvimento Organizacional do TCE	

Tabela 1 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal	
ESTADO DE PERNAMBUCO PODER LEGISLATIVO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL Janeiro/2013 a Dezembro/2013	
RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")	RS 1,00
DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS Janeiro/2013 a Dezembro/2013 LIQUIDADAS (Nota 1) (A) INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (B)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	269.134.870,96
Pessoal Ativo	230.992.338,37
Pessoal Inativo e Pensionistas (Nota 2)	36.686.802,77
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	1.455.729,82
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	(36.352.606,13)
(-) Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	(1.666.803,36)
(-) Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	(36.686.802,77)
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I + II)	230.781.264,83
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III + III b)	230.781.264,83
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	17.173.067.083,44
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (Vb) = (IV/V)*100	1,3439%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 1,5600 %	267.899.846,50
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 1,4820 %	254.504.854,18
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 1,4040 %	241.109,861,85
FONTE: E-Fisco 2013 - Dados Definitivos UNIDADE RESPONSÁVEL: DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E FINANÇAS, DIVISÃO DE CONTROLE E ANÁLISE CONTÁBEIS DATA DA EMISSÃO: 28/01/2014 HORA DA EMISSÃO: 07:32h	
Nota: Inclui informações do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE) e do Fundo de Aperfeiçoamento Profissional e Recuperação Técnico do Tribunal de Contas (FAPRE).	
NOTAS EXPLICATIVAS AO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL 2013	
Nota 1: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em: a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64; b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.	
Nota 2: As despesas com servidores inativos e pensionistas vinculados aos órgãos filiados ao Regime de Previdência Social dos Servidores do Estado de Pernambuco são pagas pelo Fundo Financeiro de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco - FUNAFIN.	

Tabela 1.1 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal Mensal												
ESTADO DE PERNAMBUCO PODER LEGISLATIVO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL Janeiro/2013 a Dezembro/2013												
RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")	RS 1,00											
DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS Janeiro/2013 a Dezembro/2013											
	jan/2013	fev/2013	mar/2013	abr/2013	mai/2013	jun/2013	jul/2013	ago/2013	set/2013	out/2013	nov/2013	dez/2013
LIQUIDADAS (Nota 1) (A)												
INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (B)												
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	21.283.741,13	19.449.105,21	19.408.496,81	19.587.447,14	19.421.460,91	19.417.327,40	24.094.586,57	20.404.003,48	20.532.576,08	21.215.063,72	20.494.320,60	43.826.759,91
Pessoal Ativo	18.446.862,52	16.611.236,65	16.517.385,54	16.670.007,58	16.519.426,17	16.507.521,26	20.981.129,06	17.400.204,19	17.529.929,34	18.267.764,80	17.544.235,57	37.987.575,69
Pessoal Inativo e Pensionistas (Nota 2)	2.742.491,68	2.740.678,17	2.793.858,10	2.806.101,07	2.795.694,27	2.776.673,99	2.985.510,17	2.895.122,73	2.841.142,91	2.840.326,69	2.837.705,13	5.631.498,46
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	94.386,93	97.190,39	97.253,17	102.278,49	106.340,47	133.132,15	127.929,34	108.676,56	161.503,83	106.972,83	112.379,50	207.685,76
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	(2.769.916,72)	(2.766.539,75)	(2.819.719,68)	(2.831.962,65)	(2.795.694,27)	(2.776.673,99)	(2.987.449,78)	(2.919.112,38)	(2.880.470,54)	(3.514.368,78)	(2.913.364,84)	(6.378.332,75)
(-) Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	(27.425,04)	(25.861,58)	(25.861,58)	(25.861,58)	(25.861,58)	(25.861,58)	(1.939,61)	(23.989,65)	(99.372,63)	(674.042,69)	(75.699,71)	(746.834,29)
(-) Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	(2.742.491,68)	(2.740.678,17)	(2.793.858,10)	(2.806.101,07)	(2.795.694,27)	(2.776.673,99)	(2.985.510,17)	(2.895.122,73)	(2.841.142,91)	(2.840.326,69)	(2.837.705,13)	(5.631.498,46)
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I + II)	18.513.824,41	16.682.565,46	16.588.777,13	16.755.484,49	16.625.766,64	16.640.653,41	21.107.118,79	17.484.891,40	17.652.105,54	17.700.694,94	17.580.955,76	37.448.427,16
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III + III b)	230.781.264,83											
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR											
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	17.173.067.083,44											
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (Vb) = (IV/V)*100	1,3439%											
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 1,5600 %	267.899.846,50											
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 1,4820 %	254.504.854,18											
FONTE: E-Fisco 2013 - Dados Definitivos UNIDADE RESPONSÁVEL: DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E FINANÇAS, DIVISÃO DE CONTROLE E ANÁLISE CONTÁBEIS DATA DA EMISSÃO: 28/01/2014 HORA DA EMISSÃO: 07:32h												
Nota: Inclui informações do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE) e do Fundo de Aperfeiçoamento Profissional e Recuperação Técnico do Tribunal de Contas (FAPRE).												
NOTAS EXPLICATIVAS AO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL 2013												
Nota 1: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em: a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64; b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.												
Nota 2: As despesas com servidores inativos e pensionistas vinculados aos órgãos filiados ao Regime de Previdência Social dos Servidores do Estado de Pernambuco são pagas pelo Fundo Financeiro de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco - FUNAFIN.												
Valdecir Fernandes Pascoal Presidente do TCE												
Ricardo Martins Pereira Diretor Geral do TCE												
Isaac de Oliveira Seabra Contador do TCE e FAPRE - CRC-PE 16.709 / O-5												
Breno César Spindola Correia Chefe do Núcleo de Planejamento, Controle Interno e Desenvolvimento Organizacional do TCE												

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL Janeiro/2013 a Dezembro/2013

Tabela 5 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa ESTADO DE PERNAMBUCO PODER LEGISLATIVO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO - CONSOLIDADO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL Janeiro/2013 a Dezembro/2013 RGF - ANEXO V (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a")			
		R\$ 1,00	
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b) - Restos a Pagar	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
TRIBUNAL DE CONTAS Fonte: 0102002324 - Convênio PROMOEX - 00024/2006	8.923,13	0,00	8.923,13
Fonte: 0120000000 - Recursos Decorrentes da Operacionalização da Conta Única para Modernização Adm. e de Sistemas	7.339.221,13	0,00	7.339.221,13
Fonte: 0121000000 - Recursos Provenientes da Alienação de Outros Ativos	1.547.950,31	0,00	1.547.950,31
FUNDO DE APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL E REEQUIPAMENTO TÉCNICO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO Fonte: 0115000000 - Fundo de Aperfeiçoamento Profissional e de Recuperação Técnico do Tribunal de Contas do Est. de PE	4.251.502,80	0,00	4.251.502,80
Fonte: 0101000000 - Recursos Ordinários-Adm. Direta	1.771,30	0,00	1.771,30
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	13.149.368,67	0,00	13.149.368,67
TRIBUNAL DE CONTAS Fonte: 0101000000 - Recursos Ordinários-Adm. Direta	15.672.411,99	1.225.727,10	14.446.684,89
Fonte: 0104020011 - Recursos Internos Diretamente Arrecadados - Tribunal de Contas	7.883.563,90	0,00	7.883.563,90
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	23.555.975,89	1.225.727,10	22.330.248,79
TOTAL (III) = (I + II)	36.705.344,56	1.225.727,10	35.479.617,46
FONTE: E-Fisco 2013 - Dados Definitivos UNIDADE RESPONSÁVEL: DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E FINANÇAS, DIVISÃO DE CONTROLE E ANÁLISE CONTÁBEIS DATA DA EMISSÃO: 28/01/2014 HORA DA EMISSÃO: 07:32h Nota: Inclui informações do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE) e do Fundo de Aperfeiçoamento Profissional e Recuperação Técnico do Tribunal de Contas (FAPRE).			

Tabela 6 - Demonstrativo dos Restos a Pagar						
ESTADO DE PERNAMBUCO PODER LEGISLATIVO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO - CONSOLIDADO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL Janeiro/2013 a Dezembro/2013						
RGF - ANEXO VI (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")	R\$ 1,00					
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS CANCELAMENTO DOS RESTOS A PAGAR NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	Liquidad e (Processados)		Empenhados e Não Liquidados (Não-processados)			
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
TRIBUNAL DE CONTAS Fonte: 0102002324 - Convênio PROMOEX - 00024/2006	0,00	0,00	0,00	0,00	8.923,13	0,00
Fonte: 0120000000 - Recursos Decorrentes da Operacionalização da Conta Única para Modernização Adm. e de Sistemas	0,00	0,00	0,00	0,00	7.339.221,13	0,00
Fonte: 0121000000 - Recursos Provenientes da Alienação de Outros Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	1.547.950,31	0,00
FUNDO DE APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL E REEQUIPAMENTO TÉCNICO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO Fonte: 0115000000 - Fundo de Aperfeiçoamento Profissional e de Recuperação Técnico do Tribunal de Contas do Est. de PE	0,00	0,00	0,00	0,00	4.251.502,80	0,00
Fonte: 0101000000 - Recursos Ordinários-Adm. Direta	0,00	0,00	0,00	0,00	1.771,30	0,00
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	13.149.368,67	0,00
TRIBUNAL DE CONTAS Fonte: 0101000000 - Recursos Ordinários-Adm. Direta	0,00	1.225.727,10	0,00	0,00	14.446.684,89	0,00
Fonte: 0104020011 - Recursos Internos Diretamente Arrecadados - Tribunal de Contas	0,00	0,00	0,00	0,00	7.883.563,90	0,00
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	0,00	1.225.727,10	0,00	0,00	22.330.248,79	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	0,00	1.225.727,10	0,00	0,00	35.479.617,46	0,00
FONTE: E-Fisco 2013 - Dados Definitivos UNIDADE RESPONSÁVEL: DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E FINANÇAS, DIVISÃO DE CONTROLE E ANÁLISE CONTÁBEIS DATA DA EMISSÃO: 28/01/2014 HORA DA EMISSÃO: 07:32h Nota: Inclui informações do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE) e do Fundo de Aperfeiçoamento Profissional e Recuperação Técnico do Tribunal de Contas (FAPRE).						

Tabela 7 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal ESTADO DE PERNAMBUCO PODER LEGISLATIVO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO - CONSOLIDADO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL Janeiro/2013 a Dezembro/2013			
		R\$ 1,00	
LRF, art. 48 - Anexo VII	DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP		230.781.264,83	1,3439%
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 1,5000%		267.899.846,50	1,5600%
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 1,4820%		254.504.854,18	1,4820%
DÍVIDA		VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Como Dívida Líquida		0,00	0,0000%
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		0,00	0,0000%
GARANTIAS DE VALORES		VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias		0,00	0,0000%
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		0,00	0,0000%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas		0,00	0,0000%
Operações de Crédito por Antecipação da Receita		0,00	0,0000%
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Internas e Externas		0,00	0,0000%
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita		0,00	0,0000%
RESTOS A PAGAR		INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
Valor Apurado nos Demonstrativos Respostivos		0,00	35.479.617,46
FONTE: E-Fisco 2013 - Dados Definitivos UNIDADE RESPONSÁVEL: DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E FINANÇAS, DIVISÃO DE CONTROLE E ANÁLISE CONTÁBEIS DATA DA EMISSÃO: 28/01/2014 HORA DA EMISSÃO: 07:32h Nota: Inclui informações do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE) e do Fundo de Aperfeiçoamento Profissional e Recuperação Técnico do Tribunal de Contas (FAPRE).			